

Orlando Caliman

É economista e escreve às quintas-feiras neste espaço

E-mail: ocaliman.vix@gmail.com

/// O tamanho do Estado brasileiro se mostra incompatível com a capacidade contributiva dos seus cidadãos. Temos que ir além do ajuste fiscal

O gasto público

A Constituição de 1988, sob os rescaldos de um longo período de exceção representado pela ditadura militar, e certamente também em razão disso, tomou como fonte de inspiração na sua concepção o modelo de “Estado do Bem Estar Social” europeu, também conhecido como Estado Providência. Nascido sob os auspícios da social democracia, esse tipo de organização do sistema social e econômico na verdade surgiu no período pós-Segunda Guerra, principalmente como resposta à degradação das condições sociais e da inexistência de sistemas de garantias e proteção social.

Essa inspiração, inegavelmente alvissareira, e sem dúvida desejável, enquanto contraponto de um estado de carências e de desigualdades extremas observado naquele momento no Brasil, adicionando-se a avidez em colocar o país numa rota de desenvolvimento mais inclusivo, não ensejou da mesma maneira e intensidade inspirações no que se refere à tarefa de prover meios para atendê-la. E o seu legado mais concreto podemos vê-lo hoje na figura do tamanho desse Estado brasileiro, que se mostra incompatível com a capacidade contributiva dos seus cidadãos.

Numa análise comparativa, a carga tri-

butária do Estado brasileiro já supera a média praticada nos países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que reúne 33 países mais desenvolvidos. No entanto, se tomarmos como referência o ano de 1991, portanto, logo após a promulgação da Constituição, vamos ver que a carga tributária brasileira, em torno de 25% do PIB naquela época, encontrava-se distante 11,8 pontos percentuais da média da OCDE.

Esse enorme salto se dá principalmente por conta do crescimento acelerado de um conjunto de itens que compõem as despesas primárias do governo central. São aquelas despesas incorridas pelo governo federal à exceção do pagamento dos juros da dívida pública. Na apuração das contribuições vamos ver que no período entre 1991 e 2014 as despesas primárias saíram do patamar de 11% para 20% do PIB.

E não foi com gastos com pessoal que isso aconteceu, mas sim com gastos ditos sociais, incluindo-se nessa relação previdência social, seguro-desemprego, abono salarial, Bolsa-Família e outros. Somente esses gastos com transferência de renda foram responsáveis por 7,2 pontos percentuais do PIB de incremento.

O que temos agora é um problema de natureza estrutural que inevitavelmente funciona como fonte alimentadora continuada de crescimento das despesas de natureza primária, que por sua vez pressiona a carga tributária necessária para atendê-las. Conclusão: O ajuste fiscal é necessário, porém não suficiente.